

## INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

**\* Roberto Rodrigues**

No último dia 23 de agosto, foi publicado no Diário Oficial da União o parecer da AGU, nº 01/2008-RUJ, aprovado pelo Presidente da República, mudando radicalmente as regras para compra de terra no Brasil por estrangeiros.

Desde 1977, vigia parecer da mesma AGU, que não distinguia empresa brasileira de capital nacional de empresa brasileira de capital estrangeiro para fim de compra de terras: as legislações trabalhista, ambiental, fiscal, etc, se aplicavam a ambas, igualmente.

Criou-se uma insegurança jurídica no cenário dos investimentos.

Recentemente, a OCDE e a FAO publicaram um sério documento mostrando que o Brasil precisa aumentar sua produção de alimentos em 40% nos próximos 10 anos, para que a oferta global seja compatível com o explosivo crescimento da demanda determinada pela renda e população crescentes nos países emergentes.

Mas, além da falta de estratégia governamental integrada que apóie o setor rural, falta capital. E os investimentos estrangeiros podem ser uma importante fonte de capital.

Os argumentos para esta mudança de posição são discutíveis.

Um deles é o medo de que empresas chinesas, sendo do governo, comprem muita terra aqui, criando um Estado dentro do Brasil. É só proibir a compra de terras por empresas estatais, e pronto! Outros, ainda de olho na China, estão preocupados com a possibilidade daquele país vir aqui produzir soja para levar para lá a preços vis. Para evitar isso, basta seguir os preços de exportação com base nas bolsas internacionais.

Também se acena para o fato de que a compra de terra por estrangeiros teria objetivo especulativo: ganhar com a valorização do imóvel. É possível que isto aconteça, mas, demoraria alguns anos para esta valorização ser atraente. E, enquanto isso, o investidor, que não é bobo, quer ter retorno a seu capital investido, e isto só se dará com produção, que seria feita com insumos produzidos no Brasil, com funcionários e técnicos brasileiros, com máquinas e equipamentos daqui, gerando empregos e renda no nosso país. Aliás, a terra ficaria também aqui, não iria nem para a China, nem para os Estados Unidos ou para o Japão. E, é claro, com mais excedentes exportáveis, melhoraria nosso saldo comercial.

No entanto, há um elemento interessante na exposição de motivos relacionados a essa valorização da terra: ela acarretaria o aumento do custo para desapropriação voltada para a reforma agrária. Ah, bom, isto faz sentido!

Há um argumento bastante estranho, justificando a proibição: é o de que a expansão da fronteira agrícola poderia ocorrer em áreas de preservação ambiental ou em unidades de conservação. Na verdade, a legislação vigente no país impede isso, e não apenas para estrangeiros, também para empresas nacionais, de modo que é apenas uma questão de cumprir a lei.

Outros argumentos são igualmente infelizes:

- aumentaria a biopirataria na região amazônica...
- cresceria a venda ilegal de terras públicas...
- aumentaria a grilagem de terras...
- a segurança nacional correria risco com a compra de terra em áreas de fronteira...

Todos estes temas estão cobertos pelas leis brasileiras, não há necessidade de proibir a aquisição de terras por estrangeiros para atendê-los.

E há outro ponto: hoje temos uma concorrência desleal com produtores do mundo desenvolvido que são vigorosamente subsidiados em seus países. Se para cá viessem, acabariam se aliando a nós pela redução destes subsídios que distorcem o comércio global e impedem o Brasil e outros países em desenvolvimento de acessarem mercados promissores.

Mesmo assim, é importante estabelecer regras para a compra de terras por estrangeiros. E já existem algumas regras claras, como o limite de área comprada por município que poderia ser ainda melhorado, exigindo-se o emprego de tantos funcionários por hectare quantos fossem recomendados para cada cultura.

Mais ainda: a reciprocidade. Deveríamos, ao aceitar os investimentos de empresas chinesas, por exemplo, exigir em troca a abertura do seu mercado para nosso etanol, nossas carnes, nosso açúcar, nossos produtos com maior valor agregado.

E, se o investidor não produzisse, o governo sempre poderia usar a legislação para desapropriar a terra improdutiva para efeitos de reforma agrária.

Em suma, com regras claras, não é necessário proibir a compra de terras por estrangeiros, apenas estabelecer os limites que não afetem o desenvolvimento harmonioso do país.

Capitais produtivos podem passar a evitar o Brasil, indo para outros países. E aí, não chegaremos aos horizontes desenhados pela OCDE.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**